

A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia*

Globalization as reterritorialisation: the re-scaling
of urban governance in the European Union

Neil Brenner

Resumo

O presente artigo argumenta que os processos de reterritorialização – a reconfiguração e o reescalonamento de formas de organização territorial, como cidades e Estados – constituem um momento intrínseco do atual ciclo de globalização. A globalização é aqui concebida como uma reterritorialização dos espaços, tanto socioeconômico como político-institucional, que se desdobram simultaneamente em múltiplas escalas geográficas sobrepostas. A organização territorial dos espaços urbanos contemporâneos e das instituições estatais deve ser vista ao mesmo tempo como um pressuposto, um meio e um resultado dessa dinâmica de reestruturação espacial global altamente conflitante. Com base nisso, várias dimensões da governança urbana na Europa contemporânea são analisadas como expressões de uma política de escala que está emergindo na interface geográfica entre os processos de reestruturação urbana e de reestruturação do Estado territorial.

Palavras-chave: globalização; reestruturação territorial; Estado; governança urbana.

Abstract

This article argues that processes of reterritorialisation – the reconfiguration and re-scaling of forms of territorial organisation such as cities and states constitute an intrinsic moment of the current round of globalisation. Globalisation is conceived here as a reterritorialisation of both socioeconomic and political-institutional spaces that unfolds simultaneously upon multiple, superimposed geographical scales. The territorial organization of contemporary urban spaces and state institutions must be viewed at once as a presupposition, a medium and an outcome of this highly conflictual dynamic of global spatial restructuring. On this basis, various dimensions of urban governance in contemporary Europe are analysed as expressions of a politics of scale that is emerging at the geographical interface between processes of urban restructuring and state territorial restructuring.

Keywords: *globalisation; territorial restructuring; state; urban governance.*

Introdução

Na crescente literatura sobre globalização, muitos autores têm enfatizado o aparente desencaixe (*disembedding*) das relações sociais, econômicas e políticas de suas precondições territoriais locais. Argumenta-se, por exemplo, que o “espaço de fluxos” está suplantando o “espaço de lugares” (Castells, 1989, 1996); que a territorialidade e a própria geografia estão sendo dissolvidas (Ruggie, 1993; O’Brien, 1992); que as fronteiras nacionais se tornaram irrelevantes, redundantes ou obsoletas (Ohmae, 1995); que as identidades político-culturais nacionalmente organizadas estão sendo “deteritorializadas” (Appadurai, 1996); e que os espaços “supraterritoriais” baseados em “interações sem distâncias e sem fronteiras” (Scholte, 1996) estão descentrando o papel das formas socioinstitucionais territoriais e baseadas na localização geográfica. Quaisquer que sejam as diferenças de ênfase, de objeto de pesquisa e de interpretação, essas diferentes análises de globalização têm como ponto comum o foco na acelerada circulação de pessoas, mercadorias, capitais, dinheiro, identidades e imagens no espaço global. Esses fluxos de circulação acelerados e globais personificariam os processos de desterritorialização por meio dos quais as relações sociais estão sendo destacadas e deslocadas de lugares e territórios em escalas geográficas subglobais.

Duas deficiências significativas caracterizam as interpretações da globalização que focam unilateralmente fluxos, circulação e processos de desterritorialização. Primeiro, tais análises tendem a negligenciar as formas de organização territorial relativamente fixas

e imóveis – em particular, aglomerações regionais urbanas e instituições reguladoras de Estado – que possibilitam esse movimento acelerado. Segundo, e mais importante, tais análises negligenciam as formas de que depende intrinsecamente o presente ciclo de globalização neoliberal, com as quais está entrelaçado, e expresso através de grandes transformações da organização territorial em múltiplas escalas geográficas. Com base nessas críticas, a tese central deste artigo é que os processos de reterritorialização – a reconfiguração e o reescalonamento de formas de organização territorial, como cidades e Estados – devem ser vistos como um momento intrínseco do atual ciclo de globalização.

Apoiando-se nos trabalhos de David Harvey (1982) e Henri Lefebvre (1977, 1978, 1991), este argumento é elaborado por meio de uma discussão sobre as várias formas como as cidades e os Estados contemporâneos estão sendo reterritorializados e reescalados atualmente. A globalização é aqui concebida como uma reterritorialização dos espaços, tanto socioeconômico como político-institucional, que se desdobram simultaneamente em múltiplas escalas geográficas sobrepostas. A organização territorial dos espaços urbanos contemporâneos e das instituições estatais deve ser vista ao mesmo tempo como um pressuposto, um meio e um resultado dessa dinâmica de reestruturação espacial global altamente conflitante. Com base nisso, várias dimensões da governança urbana na Europa contemporânea são analisadas como expressões de uma “política de escala” (Smith, 1993) que está emergindo na interface geográfica entre os processos de reestruturação urbana e de reestruturação territorial do Estado. Uma breve

conclusão propõe que novas representações de “escalonamento” de práticas espaciais são necessárias para se compreender a organização territorial em rápida mutação do capitalismo mundial do final do século XX.

Cidades, Estados e a geografia histórica do capitalismo

O célebre estudo histórico de Fernand Braudel sobre os primórdios da Europa moderna, *The Perspective of the World* (1984), resume o papel essencial das cidades e Estados na geografia histórica do capitalismo a longo prazo. O trabalho de Braudel acompanha a mudança de época ocorrida no século XVIII das “economias centradas na cidade” (*Stadtwirtschaft*) de Gênova, Veneza, Antuérpia e Amsterdã para a “economia territorial” britânica (*Territorialwirtschaft*), baseada em um mercado nacional agrupada em torno de Londres. Após o início do período moderno, as economias territoriais dos Estados-nação uniram grandemente as geografias das cidades e a urbanização. Conforme as cidades se subordinam ao poder político dos Estados, passam a integrar ainda mais firmemente os regimes de acumulação escalonados nacionalmente (Arrighi, 1994; Tilly, 1990). No início da segunda revolução industrial, no final do século XIX, as cidades do velho mundo industrializado passaram a ser máquinas da produção em massa fordista, infraestrutura urbana de um sistema global compartimentado em distintos Estados territoriais sob a hegemonia geopolítica e geoeconômica dos EUA (Altvater, 1992; Scott e Storper, 1992). Embora as ligações interurbanas transnacionais

fossem cruciais para o fordismo do Atlântico Norte, um ajuste relativamente apertado foi estabelecido entre o dinamismo urbano e o crescimento econômico nacional (Sassen, 1991).

É essa configuração do capitalismo mundial centrada no Estado – estabelecido com base em um relacionamento espacialmente isomórfico entre a acumulação de capital, urbanização e regulamentação dos Estados – que vem se revelando desde a crise econômica global do início dos anos 70. Nessas circunstâncias, segundo Taylor (1995), o relacionamento historicamente consolidado de “mutualidade” entre as cidades e Estados territoriais vem se desgastando significativamente, resultando em novas geografias de urbanização global e de acumulação de capital que não mais se sobrepõem equitativamente às geografias do poder territorial do Estado. Em escalas espaciais supranacionais, novas macrogeografias de acumulação de capital têm se consolidado à proporção que as economias nacionais fordistas-keynesianas são suplantadas por uma configuração da economia mundial dominada pelos blocos super-regionais da Europa, América do Norte e Ásia Oriental (Altvater e Mahnkopf, 1996). Em escalas espaciais subnacionais, a competição interespacial tem se intensificado entre as regiões urbanas, que se esforçam para atrair investimento de capital e subsídios do Estado (Leitner e Sheppard, 1998; Krätke, 1991; Mayer, 1992; Swyngedouw, 1989). Enquanto isso, novas hierarquias urbanas mundiais também começaram a cristalizar-se, dominadas por cidades globais como Nova Iorque, Londres e Tóquio, nas quais as funções centrais do capital transnacional têm sido crescentemente concentradas (Hitz et al., 1995; Knox e Taylor, 1995; Sassen, 1991). Finalmente, e em especial

desde os anos 80, Estados de toda a economia mundial têm se esforçado para se reestruturarem simultaneamente, para se ajustarem às intensificadas interdependências econômicas globais e para promoverem o investimento e a acumulação renovada de capital dentro de seus limites territoriais (Cerny, 1995; Hirsch, 1995; Jessop, 1993, 1994; Röttger, 1997).

Os estudos de Braudel sobre os primórdios da Europa moderna focam mais diretamente a transição histórica de uma configuração do capitalismo centrada na cidade para outra, centrada no Estado, do que a mudança das relações entre cidades e Estados como modos entrelaçados de organização socioeconômica, política e geográfica. No entanto, as considerações anteriores indicam que as cidades e os Estados contemporâneos operam não como mutuamente exclusivos ou como configurações geográficas competindo pelo desenvolvimento capitalista, mas como formas de organização territorial interdependentes, densamente sobrepostas. Cidades e Estados estão sendo reconfigurados, reterritorializados e reescalados em conjunto com o mais recente ciclo de globalização capitalista, mas ambos permanecem sendo formas essenciais de organização territorial sobre as quais se baseia a circulação de capital em escala mundial. Este artigo analisa essas transformações macrogeográficas das cidades e dos Estados como momentos intrinsecamente relacionados dentro de uma única dinâmica de reestruturação capitalista global. Para este fim, a próxima sessão examina mais de perto o papel das cidades e dos Estados territoriais como estruturas geográficas dentro, sobre e por meio das quais o desenvolvimento capitalista se desenrola.

Cidades e Estados como formas de organização territorial

O ponto de partida desta análise é o problema endêmico da organização territorial dentro do capitalismo teorizado por David Harvey (1982) e Henri Lefebvre (1978 e 1991). Como demonstrou detalhadamente Harvey, o capital está inerentemente voltado para a eliminação das barreiras espaciais ao processo de circulação – a “aniquilação do espaço pelo tempo” evocada na famosa formulação de Marx (1973 [1857], p. 539) desenvolvida nos *Grundrisse*. A consideração fundamental de Harvey é que esse movimento rumo à aceleração temporal contínua da circulação de capital, ou “compressão do tempo-espaço”, baseia-se na produção do espaço e na configuração espacial. É unicamente por meio da construção de infraestruturas de transporte, comunicações e de regulamentação institucional relativamente fixas e imóveis – uma “segunda natureza” de configurações de organização territorial socialmente produzidas – que esse acelerado movimento físico das mercadorias através do espaço pode ser obtido. Assim, segundo Harvey (1985, p. 145), “a organização social é necessária para suplantat o espaço”. Harvey apresenta a noção de “solução espacial” (*spatial fix*) para teorizar as matrizes complexas da configuração espacial socialmente produzida e a dimensão temporal correspondente, expressa pelo tempo de rotação médio socialmente aceitável de circulação dos capitais em uma dada conjuntura histórica. Harvey (1982, p. 416) defende que uma solução espacial é assegurada pela construção de configurações socioterritoriais imóveis nas quais a

acumulação expandida de capital possa ser gerada; isso envolve “a conversão das restrições à acumulação, de temporais para espaciais”.

O papel das cidades como modelos de territorialização do capital tem sido amplamente reconhecido. As cidades territorializam o capital pela aglomeração de infraestruturas relativamente fixas e imóveis, tais como sistemas de transporte, suprimento de energia, redes de comunicação e outras externalidades que sustentam formas específicas históricas de produção, troca, distribuição e consumo (Gottdiener, 1985; Harvey, 1982, 1989b; Krätke, 1995; Scott, 1998a; Storper e Walker, 1989). O papel dos Estados territoriais como modelos de territorialização do capital tem sido analisado menos frequentemente. No entanto, Lefebvre argumentou extensivamente nos quatro volumes de seu negligenciado trabalho *De l'État* (1976-1978), os Estados têm operado igualmente como estruturas geográficas fundamentais através das quais a circulação de capital tem sido continuamente territorializada, desterritorializada e reterritorializada, sobretudo a partir da Segunda Revolução Industrial do final do século XIX. Segundo Lefebvre, a fixidez territorial das instituições estatais fornece uma estrutura geográfica estável para a circulação da força de trabalho, de mercadorias e do capital em múltiplas escalas. Os Estados obtêm essa territorialização de capital provisória de várias formas – por exemplo, por meio de regulamentação monetária, códigos jurídicos, medidas de proteção social e, mais importante, pela produção de configurações espaciais em larga escala, que servem como forças específicas territoriais de produção. Lefebvre (1978, p. 298) observa que “somente o Estado pode assumir a tarefa de

administrar o espaço ‘em grande escala’”. Em seus escritos que evocam sua teoria de Estado, a afirmação mais geral de Lefebvre (1978, pp. 278-280, 307, 388) é que os Estados territoriais desempenham papéis essenciais na moldagem das relações sociais do capitalismo em configurações geográfico-organizacionais relativamente estáveis associadas a padrões históricos distintos de acumulação de capital e urbanização.¹

O trabalho de Lefebvre sugere que cada solução espacial urbana para o capital pressupõe uma maior “solução escalar” (*scalar fix*) (Smith, 1995) composta por formas distintas de organização territorial – incluindo aglomerações regionais urbanas, instituições estatais e a economia mundial – que abrangem e transcendem a escala urbana. Essa forma de análise permite que Lefebvre veja as escalas espaciais como uma estrutura geográfica socialmente produzida sobre a qual, dentro da qual e por meio da qual as formas diferenciais de capital são sucessivamente desterritorializadas e reterritorializadas durante o curso do desenvolvimento capitalista (Brenner, 1998b). Essa conceitualização de solução escalar também apresenta implicações substanciais para a análise das relações mutáveis entre cidades e Estados no capitalismo contemporâneo. Por um lado, pode-se argumentar que a dinâmica contraditória de desterritorialização e reterritorialização é endêmica do capitalismo como sistema histórico-geográfico, e que vem sustentando cada onda de reestruturação induzida por crises verificada desde a Primeira Revolução Industrial, em meados no século XIX (Mandel, 1975; Soja, 1985). Em cada um dos casos, a agitada dinâmica transformativa do capital torna suas próprias precondições geográficas

específicas históricas obsoletas, induzindo a uma onda de reestruturação com a finalidade de reterritorializar, e assim, reativar o processo de circulação. Por outro lado, essa dinâmica recorrente de desterritorialização e reterritorialização tem sido organizada por meio de uma grande variedade de configurações escalares, cada uma delas produzida pelo enredamento de redes urbanas e estruturas territoriais estatais, que juntas constituem uma infraestrutura geográfica relativamente fixa para cada ciclo histórico da expansão capitalista. Assim, à proporção que o capital é reestruturado em períodos de crises econômicas prolongadas, as configurações escalares em que se fundamenta o capital são igualmente reorganizadas, a fim de criar uma nova estrutura geográfica para uma nova onda de crescimento capitalista.

Até o início dos anos 70, os processos de desterritorialização e reterritorialização ocorriam primariamente no interior da estrutura geográfica da territorialidade do Estado. Apesar das tensões explosivas e dos conflitos causados pela competição interestatal e intercapitalista, o sistema interestatal moderno forneceu ao capital, a partir do século XVII, uma estrutura territorial relativamente estabilizada para o crescimento econômico e a expansão geográfica (Arrighi, 1994, Taylor, 1993). Nesse sentido, a territorialidade do Estado geralmente opera mais como uma plataforma institucional para a reestruturação capitalista do que como objeto direto. Durante o século XX, em face da política econômica e da hegemonia dos EUA, o papel da escala nacional como detentor da acumulação do capital e da urbanização foi intensificado a tal ponto que a historicidade do nível escalar era frequentemente nacionalizada ou não reconhecida (Taylor, 1996). Entretanto,

argumentaremos aqui que uma das consequências geográficas mais importantes do ciclo de globalização capitalista pós-anos 70 foi a descentralização da escala nacional de acumulação, urbanização e regulamentação estatal em favor de novas configurações territoriais sub e supranacionais.

“Glocalização”: a desnacionalização da territorialidade

No presente contexto, o termo globalização refere-se a um processo dialético ambivalente, onde o movimento de mercadorias, capitais, moedas, pessoas e informações no espaço geográfico é continuamente expandido e acelerado; e infraestruturas espaciais relativamente fixas e imóveis são produzidas, reconfiguradas e/ou transformadas para permitir tal movimento expandido e acelerado. A partir dessa perspectiva, a globalização envolve uma interação dialética entre o movimento endêmico rumo à compressão do tempo-espaço no âmbito do capitalismo (momento de desterritorialização) e a produção e reconfiguração contínua de configurações espaciais relativamente fixas – por exemplo, as infraestruturas territoriais de aglomerações regionais urbanas e Estados (momento da reterritorialização) (Harvey, 1989a, 1996; Lefebvre, 1977, 1978, 1991). Assim definida, a globalização não ocorre meramente através da extensão geográfica do capitalismo para abranger progressivamente zonas maiores do globo, mas emerge somente quando a expansão e a aceleração da acumulação do capital estão intrinsecamente fundamentadas

na construção de infraestruturas territoriais em larga escala, uma “segunda natureza” de configurações espaciais socialmente produzidas tais como ferrovias, rodovias, portos, canais, aeroportos, redes de informação e instituições estatais que permitem a circulação do capital ainda mais rápido.

Lefebvre (1977, 1978, 1991, p. 37) situa essa transformação de época “da produção de coisas no espaço para a produção do espaço” no fim do século XIX, quando o “neocapitalismo” e o “modo de produção estatal” (le mode de production étatique) foram primeiramente consolidados em escala mundial. Lash e Urry (1987) descreveram essa configuração centrada no Estado do desenvolvimento capitalista mundial como um “capitalismo organizado” e – juntamente com diversos outros pesquisadores (vide, por exemplo, Arrighi, 1994; Lipietz, 1987; Jessop, 1994; Scott e Storper, 1992) – interpretaram as crises econômicas mundiais do início dos anos 70 como um meio e uma consequência de sua evolução. Considero o ciclo mais recente da reestruturação do capitalismo em escala mundial, pós-anos 70, como a segunda maior onda de globalização capitalista, através da qual interdependências socioeconômicas globais estão sendo simultaneamente intensificadas, aprofundadas e expandidas, em estreita associação com a produção, a reconfiguração e a transformação da organização territorial concomitantemente, em escalas espaciais urbano-regionais, nacionais e supranacionais. Enquanto a onda da globalização capitalista do final do século XIX evoluiu amplamente no âmbito da estrutura de territorialidades estatais organizadas nacionalmente, a onda de globalização pós-anos 70 descentralizou significativamente o papel da

escala nacional como detentor exclusivo das relações socioeconômicas, intensificando simultaneamente a importância dos modelos de organização territorial sub e supranacionais. Este processo de reescalonamento da territorialidade pode ser considerado a *differentia specifica* da atual reconfiguração do capitalismo mundial (Brenner, 1998c).

Conforme definido, o momento da territorialização mantém na era contemporânea a mesma importância fundamental que sempre teve no processo de circulação de capital. Entretanto, as escalas em que esse processo se produz não são mais espacialmente coextensivas em relação às matrizes nacionalmente organizadas da territorialidade estatal que definiram as geografias geopolítica e geoeconômica do capitalismo. Nesse sentido, o atual ciclo de globalização reconfigurou a organização escalar da dinâmica endêmica do capital da desterritorialização e da reterritorialização, provocando o que Jessop (1998, p 90) apropriadamente nomeou de “relativização de escala” (*relativisation of scale*):

Em contraste com as prerrogativas da economia nacional e do Estado nacional no período do fordismo atlântico, nenhuma escala espacial é privilegiada atualmente.

O conceito de “glocalização” introduzido por Swyngedouw (1997, 1992, p. 61) para indicar “o processo combinado de globalização e de reconfiguração territorial local” também ressalta oportunamente esse processo de reestruturação altamente conflitante, o entrelaçamento e a rediferenciação das escalas espaciais. O restante do presente artigo concretiza essa concepção de globalização/reterritorialização examinando as várias formas como as cidades

e Estados territoriais estão sendo atualmente reescalados em relação às geografias cada vez mais “glocais” do capital.

Reescalamento de cidades

Uma maneira de interpretar a proliferação de pesquisa sobre a formação da cidade global desde a publicação do clássico artigo de Friedmann e Wolff (1982) representa um esforço contínuo para analisar as formas como a recente consolidação de uma nova divisão internacional de trabalho tem se entrelaçado com uma reterritorialização concomitante da urbanização em diferentes escalas espaciais (Hits et al., 1995; Knox e Taylor, 1995). Enquanto alguns pesquisadores das cidades globais as têm concebido como uma classe distintiva de cidades no ápice das hierarquias localizadas no centro da escala mundial, eu vejo a estrutura analítica da teoria da cidade global de forma mais ampla, como um meio de investigação das formas em que o atual ciclo de globalização capitalista tem envolvido uma reorganização territorial do processo de urbanização simultaneamente em escalas globais, nacionais e urbano-regionais (ver também Kräke, 1995).

Na medida em que a teoria da cidade global afeta as “relações contraditórias entre a produção em uma era de gestão global e a determinação política de interesses territoriais” (Friedmann, 1986, p. 69), ela se concentra na problemática da escala geográfica, em sua organização político-econômica e em seu papel na articulação de conflitos sociopolíticos. Na prática, esse desafio metodológico de analisar as ligações históricas mutáveis entre

diferentes escalas espaciais ainda não foi sistematicamente confrontado. Muito da pesquisa das cidades globais é composto de estudos que enfocam amplamente uma única escala, em geral, a urbana ou a global. Enquanto a pesquisa sobre a geografia socioeconômica das cidades globais tem se concentrado predominantemente na escala urbana, os estudos das hierarquias urbanas mutáveis têm enfocado principalmente a escala global. As escalas do poder do Estado territorial têm sido na prática totalmente negligenciadas pelos pesquisadores das cidades globais (Brenner, 1998a), e os esforços para integrar escalas espaciais diferenciais em uma única estrutura analítica ainda são relativamente raros dentro dos parâmetros da teoria da cidade global. Eu, todavia, defendendo que a teoria da cidade global contém várias considerações metodológicas que podem ser prontamente desdobradas com esse propósito.

Talvez ainda mais sistematicamente que qualquer outro pesquisador das cidades globais, Sassen (1991, 1993) enfatizou a inerente dependência do lugar do processo de globalização. As cidades globais são concebidas como locais urbanos territorialmente específicos, onde ocorrem vários processos de produção cruciais para a globalização, sobretudo aqueles associados às indústrias de produção e de serviços financeiros, de que depende amplamente o capital transnacional (por exemplo, serviços bancários, contábeis, publicitários, de consultoria financeira e de gestão, direito empresarial, seguros e similares). Do ponto de vista da presente discussão, a análise de Sassen pode ser vista como uma aplicação empírica da teorização de Harvey sobre a dinâmica espaço-temporal do capital. A consolidação das cidades globais é entendida como uma forma histórica

específica de aglomeração urbano-industrial que vem ocupando um papel propulsor crucial no mais recente ciclo da globalização. Por um lado, os custos mais baixos do transporte, os modos de organização industrial cada vez mais flexíveis e descentralizados e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação melhoraram significativamente a habilidade do capital de coordenar os fluxos de valor em escala global. Por outro lado, as estratégias por meio das quais o capital procura simultaneamente comandar e aniquilar o espaço dependem necessariamente do investimento e do controle dos lugares específicos, em que a infraestrutura territorializada tecnológica, institucional e social da globalização é garantida. Esses lugares, argumenta Sassen, são ambientes construídos, economias de aglomeração, infraestruturas tecnológico-institucionais e mercados de trabalho locais das cidades globais. A consolidação de uma hierarquia mundial, desde os anos 80, de cidades globais concorrentes, embora interdependentes, pode, então, ser vista como a concretização territorial desse último ciclo da compressão do tempo-espaço.

Uma segunda e igualmente importante dimensão dessa reterritorialização do processo de urbanização é a grande recomposição da forma urbana. Por meio de seu papel articulador entre as economias local, regional, nacional e global, as cidades são hoje regiões urbanas compactas e policêntricas, melhor descritas segundo os termos da noção de megalópole de Jean Gottmann (1961), do que pelas lentes da tradicional Escola de Chicago ou pelos modelos de lugar central descritos nos padrões concêntricos de uso e ocupação do solo em torno a núcleos metropolitanos centralizados. O conceito do campo urbano, já definido por Lefebvre

(1995/1968) e Friedmann (1973; Friedmann e Miller, 1965) há três décadas, foi uma primeira tentativa de compreender esse padrão emergente e multicêntrico diversificado de urbanização supralocal durante o período do "Alto Fordismo". Sudjic (1993) descreveu mais recentemente o grande alastramento dos mosaicos da urbanização pós-fordista como "cidades de 100 milhas" (*100-mile cities*). Similarmente, Soja (1992) cunhou o sugestivo termo "exópolis" para capturar os padrões geométricos transformados da expansão urbana que se cristalizou nas tecnópolis do sul da Califórnia. A exópolis, de acordo com Soja (1992, p. 95), não é simplesmente uma cidade sem um centro, mas uma cidade "voltada para fora" (*inside-out*) e "voltada para dentro" (*outside-in*) ao mesmo tempo. Entretanto, independentemente de como possa ser rotulada, alguma versão dessa forma de reconfiguração urbana parece ocorrer em cidades-regiões tão diversas como Los Angeles, Amsterdã/Randstad, Frankfurt/Rhein-Main, a região de Zurique, Tóquio/Yokohama/Nagoya e Hong-Kong/Guangdong, entre tantas outras. À proporção que a escala do processo de urbanização abarca progressivamente áreas geográficas maiores, os sistemas urbanos articulam novas geometrias cada vez mais policêntricas, que indefinem os modelos herdados de centralidade urbana, enquanto reconstituem simultaneamente os padrões de polarização centro-periferia através dos quais o capital afirma seu poder sobre o espaço, o território e o lugar (Keil, 1994).

Em terceiro lugar, e mais importante, a reterritorialização do capital transnacional em grandes regiões urbanas está estreitamente vinculada a um reescalamento mais amplo do processo de urbanização em escalas

suprarregionais. Enquanto a hierarquia urbana mundial durante os séculos XIX e XX correspondia, de modo geral, à hierarquia geopolítica dos Estados, hoje o poder geoeconômico das cidades vem sendo progressivamente desarticulado das matrizes territoriais do sistema interestadual (Scott, 1998; Taylor, 1995). Hoje, é amplamente sabido que as cidades contemporâneas estão inseridas em fluxos de capital transnacional, de mercadorias e de força de trabalho – segundo Friedmann (1995, p. 25), um “espaço de acumulação global” (*space of global accumulation*) – que nenhum Estado pode controlar totalmente, e essa valorização do capital nas cidades globais não se converte necessariamente em crescimento econômico nacional. Assim, as cidades não devem mais ser concebidas como componentes subnacionais de regimes de acumulação exclusivos, auto-cêntricos e nacionalmente escalonados, e sim como “nódulos neomarshallianos das redes globais” (Amin e Thrift, 1992), como “motores regionais da economia global” (Scott, 1996) e como conglomerados locais flexivelmente especializados em um “mosaico global de regiões” (Storper e Scott, 1995). Nessas circunstâncias, considerando que as regiões industriais periféricas competem com os núcleos urbanos em termos de investimento de capital, subsídios estatais e outros bens coletivos, formas intensificadas de desenvolvimento geográfico desiguais estão surgindo (vide, por exemplo, Duncan e Goodwin, 1988; Peck e Tickell, 1994, 1995; Smith, 1997).

Estas considerações sugerem que as regiões urbanas contemporâneas devem ser concebidas como espaços preponderantemente “glocais”, nos quais múltiplas escalas geográficas se interceptam de maneira potencial e

altamente conflitante. Nesse contexto, o local está inserido e sobreposto ao global, enquanto processos globais parecem permear simultaneamente todos os aspectos do local (Amin e Thrift, 1994; Prigge, 1995). Como Veltz (1997, p. 84) observou recentemente:

Foi-se o tempo em que era possível mostrar, como fez Braudel, um mundo econômico organizado em camadas bem definidas, onde grandes centros urbanos se ligavam, por si próprios, a economias adjacentes “lentas”, com o ritmo muito mais rápido do comércio e das finanças de larga escala. Hoje, tudo ocorre como se estas camadas sobrepostas estivessem mescladas e interpermeadas em (quase) todos os lugares. Interdependências de curto e longo alcance não podem mais ser separadas umas das outras.

Assim, a fronteira que separa as escalas espaciais está se tornando tão indefinida que talvez seja cada vez mais apropriado conceber a organização escalar do capitalismo contemporâneo como uma sequência contínua de interação globalizada – como uma “morfologia hierárquica estratificada”, segundo a terminologia de Lefebvre (vide, por exemplo, Lefebvre 1976, pp. 67-69) – na qual e através da qual o último ciclo de reterritorialização de capital está se desdobrando.

Reescalonamento de Estados

Esse processo de reescalonamento da urbanização tem sido analisado detalhadamente através de estudos urbanos contemporâneos, contudo, outros processos concomitantes de reescalonamento não têm recebido a mesma

atenção. Especificamente, muitas das pesquisas urbanas sobre globalização baseiam-se na concepção de soma zero do poder do Estado em relação à economia mundial: o poder e a importância do Estado tendem a diminuir à proporção que a globalização se intensifica. Como resultado, a exemplo de muitos outros pesquisadores da globalização (vide, por exemplo, Albrow, 1996; Appadurai, 1996; Ohmae, 1995; Ruggie, 1993; Strange, 1996), os urbanistas têm concluído frequentemente que uma globalização econômica intensificada leva a uma erosão da territorialidade do Estado. De acordo com essa posição globalista, a mobilidade geográfica supostamente maior do capital e as crescentes escalas de operação enfraquecem irreversivelmente a habilidade do Estado em regular as atividades econômicas dentro limites de suas fronteiras. Por outro lado, dentre os autores que enfatizam a importância contínua das instituições estatais na atual configuração do mundo capitalista (vide, por exemplo, Hirst e Thompson, 1995; Mann, 1997), a territorialidade é frequentemente entendida como um contentor geográfico relativamente estático e imutável, não modificado qualitativamente pelo processo de globalização. Desse ponto de vista, o Estado reagiria à intensificada interdependência econômica global construindo novas formas de política socioeconômica nacional, mas não seria em si transformado qualitativamente por essas novas interações globais-nacionais. Essas posições estadistas materializam a territorialidade do Estado em uma estrutura não histórica de intervenção socioeconômica, que não é fundamentalmente transformada através de seu papel em processos de reestruturação capitalista global. Elas produzem, assim, um sentido equivocado de “negócio como

de costume” na economia mundial, onde as instituições estatais nacionalmente escalonadas detêm o controle regulador soberano sobre os sistemas econômicos nacionais.

Em contraste a ambas as posições, proponho que o papel do Estado como forma de (re)territorialização do capital é analiticamente distinto da significância estrutural da escala espacial nacional em fluxos de capital circunscritos, transações econômicas, hierarquias urbanas e relações sociais. Desse ponto de vista, os globalistas estão de fato corretos ao enfatizar o processo de descentralização da escala nacional da regulamentação político-econômica, mas erram ao interpretar esse desenvolvimento como evidência de uma contração, recuo ou dissolução da territorialidade do Estado. Ao mesmo tempo, os estadistas estão igualmente corretos ao enfatizar a importância contínua da territorialidade estatal, mas erram ao admitir que esse papel está indissociavelmente ligado às instituições e políticas de Estado nacionalmente escalonadas. A meu ver, ambos os argumentos falham na apreciação das várias transformações em andamento da organização territorial do Estado, por meio das quais novas instituições e formas de regulamentação são qualitativamente produzidas em escalas sub e supranacionais; e o papel da escala nacional como nível de governança está sendo radicalmente redefinido, em resposta ao atual ciclo da globalização capitalista. Esse reescalamento da organização territorial do Estado deve ser visto como um momento constitutivo e propulsor do processo de globalização.

Apesar de os Estados altamente centralizados e burocratizados da era fordista-keynesiana convergirem em torno à escala nacional como lugar organizacional predominante,

desde as crises econômicas mundiais do início dos anos 70, os Estados mais velhos da América do Norte e da Europa Ocidental foram consideravelmente reestruturados, a fim de prover capital com cada vez mais precondições territoriais essenciais e bens coletivos em escalas espaciais sub e supranacionais (Cerny, 1995). Esse processo de reescalamento da territorialidade transmite o poder do Estado para níveis superiores, para agências supranacionais como a União Europeia (UE) e, simultaneamente, transfere-o para baixo, de volta aos níveis locais e regionais do Estado, que estão melhor posicionados para promover e regular a reestruturação regional urbana. Jessop (1994, p. 264) argumenta:

O estado nacional está agora sujeito a várias mudanças que resultam em seu "esvaziamento". Isto envolve duas tendências contraditórias porque, enquanto o estado nacional ainda continua a ser politicamente importante e retém muito de sua soberania nacional [...], suas capacidades de projetar seu poder, mesmo dentro de suas fronteiras nacionais, estão absolutamente enfraquecidas... pelo movimento em direção a sistemas de produção internacionalizados e flexíveis (mas também regionalizados) [...] Esta perda de autonomia cria em contrapartida a necessidade de coordenação supranacional e um espaço de ressurgimento subnacional. Algumas capacidades do estado são transferidas a um crescente número de corporações panregionais, plurinacionais ou internacionais com uma ampla gama de poderes; outras são devolvidas a níveis de governança locais ou regionais reestruturados no estado nacional; e outras ainda são usurpadas por redes horizontais de poder emergentes – locais e regionais – que contornam os estados centrais

e conectam localidades ou regiões em várias nações.

Em toda a União Europeia e na América do Norte, em particular, essa dinâmica de reescalamento do Estado emergiu como uma importante estratégia neoliberal de reestruturação industrial e de gestão da crise, visando ao mesmo tempo melhorar a eficiência administrativa de instituições estatais, capacitar novas formas de mobilidade de capital no âmbito supranacional para promover a competitividade global de grandes polos de crescimento subnacionais, e executar a desvalorização e a revalorização do capital nas cidades e regiões em declínio.

Muito parecidas com as infraestruturas baseadas no local das cidades globais, essas novas instituições estatais emergentes reescaladas podem ser vistas como formas essenciais de reterritorialização do capital. Como mencionado acima, em vez de abandonar o conceito da urbanização em face das formas policêntricas emergentes de "alastramento global" (*global sprawl*) (Keil, 1994), os pesquisadores das cidades globais propõem modelos geométricos revisados de crescimento, forma e hierarquia urbanos. Uma estratégia metodológica formalmente idêntica pode ser empregada para caracterizar a forma espacial reconfigurada dos Estados territoriais na era atual. Se a forma espacial das cidades-regiões globais hoje se aproxima progressivamente da "exópolis" analisada por Soja (1992), pode-se argumentar de maneira análoga que a forma espacial dos Estados territoriais na era do capitalismo global está sendo "glocalizada" (vide também Swyngedouw, 1997). Como a exópolis, expressão urbana das formas pós-fordistas de

industrialização capitalista, o “estado glocal” é uma configuração geométrica polimórfica que está, do mesmo modo, voltada para fora e para dentro, simultaneamente – voltada para fora, na medida em que tenta promover a competitividade global de suas cidades e regiões; e voltada para dentro, na medida em que agências supranacionais tais como a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passam a desempenhar papéis ainda mais diretos na regulamentação e reestruturação de seus espaços territoriais internos. Esse processo de “glocalização” do Estado rearticula as geografias políticas herdadas, de maneira a desprivilegiar sistematicamente as organizações institucionais estruturadas nacionalmente e formas regulamentares. Assim entendida, a territorialidade do Estado conserva atualmente um papel crítico como preconditione geográfica de formas contemporâneas de acumulação de capital, mas esse papel não está mais fundamentado em uma correspondência territorial isomórfica entre instituições estatais, sistemas urbanos e circuitos de acumulação do capital, concentrados em torno da escala nacional.²

Cerny (1995, p. 618) referiu-se vividamente a essa fragmentação simultânea e rediferenciação do espaço político como um “efeito serra”, através do qual cada nível do Estado procura reagir a uma variedade de pressões, forças e limitações sub e supranacionais quase esmagadoras. No contexto atual, uma consequência geográfica particularmente fundamental desse “efeito serra” é a mobilização intensificada de instituições estatais centrais, regionais e locais com o propósito de promover a reestruturação industrial nas escalas subnacionais de grandes aglomerações regionais urbanas. Por um lado, o reescalonamento

do Estado pode ser visto como uma estratégia neoliberal de “desregulamentação” para dismantlar as operações redistributivas de ordem fordista-keynesiana configuradas nacionalmente, em geral através do questionamento de funções de bem-estar social de instituições municipais. Por outro lado, e igualmente importante, o reescalonamento do Estado tem servido como uma estratégia de “re-regulamentação” para construir novas capacidades institucionais a fim de promover o investimento de capital nos grandes polos de crescimento urbano, geralmente através de políticas de trabalho social local ou regionalmente organizadas, ONGs não eleitas, e outras iniciativas empresariais tais como parcerias público-privadas. Nessas circunstâncias, o papel dos níveis locais e regionais do Estado está sendo significativamente redefinido. Estados contemporâneos locais e regionais não mais operam como agentes gestores de programas de consumo coletivo escalonados nacionalmente, mas servem como agências empreendedoras de “capital financiado pelo Estado” destinado à manutenção e melhoria de vantagens locacionais de suas jurisdições territoriais delineadas (Gottdiener, 1990; Mayer, 1994). De fato, é sobretudo através de seu papel fundamental na mobilização do espaço urbano como força de produção que os Estados locais e regionais, em particular, têm adquirido uma crescente importância estrutural dentro de cada hierarquia administrativa de Estado territorial. Um dos objetivos principais dessas instituições estatais “glocalmente” orientadas é melhorar as vantagens de localização e capacidades produtivas de suas jurisdições territoriais como nódulos de competitividade máxima na economia mundial.

Em toda a Europa Ocidental, essa crescente fragmentação interna, rediferenciação e polarização dos antigos espaços econômicos também vêm se intensificando desde o início dos anos 80 através da implantação de novas formas de política estrutural regional, orientada para o desenvolvimento “endógeno” de grandes regiões urbanas (Albrechts e Swyngedouw, 1989; Heeg, 1996); e da construção de novas formas e níveis de organização territorial do Estado, particularmente em escalas urbano-regionais ou metropolitanas (Evans e Harding, 1997; Lefèvre, 1998; Sharpe, 1993; Voelzkow, 1996). Em grandes regiões urbanas por toda a União Europeia, instituições regulamentadoras escalonadas nacionalmente estão sendo planejadas, promovidas e construídas como um meio de assegurar vantagens locais inerentes a um lugar específico. Esses novos espaços estatais de regulamentação do crescimento urbano estão sendo justificados não como componentes de programas socioeconômicos nacionais ou como unidades funcionais dentro de sistemas administrativos nacionalmente hierarquizados, mas como pré-requisitos institucionais de um lugar específico para manter a competitividade estrutural de determinada região urbana. Uma consequência preponderante desse padrão emergente de política locacional subnacional tem sido a maciça intensificação de desenvolvimento geográfico desigual, uma vez que “explosões” temporais de crescimento são promovidas por instituições estatais em locais geográficos cuidadosamente delineados.

Nesse sentido, o atual ciclo de globalização neoliberal está reescalando, e não erodindo, a territorialidade estatal: a desnacionalização da economia nacional e das hierarquias urbanas não está degradando o papel do Estado como forma de territorialização do capital, mas “desnacionalizando” sua estrutura escalar para privilegiar níveis supra e subnacionais de intervenção regulamentar e de valorização do capital. As instituições “glocalizadas” regulamentadoras resultantes estão reterritorializando o poder do Estado em múltiplas escalas espaciais que não convergem entre si na escala nacional, nem constituem uma totalidade nacional isomórfica e exclusiva (Anderson, 1996; Cerny, 1995). Entretanto, assim como as cidades-regiões globais continuam a ser aglomerações urbanas, os Estados pós-fordistas e pós-keynesianos que se consolidaram no antigo mundo industrializado, a partir do início dos anos 80, continuam também sendo significativamente Estados territoriais. À medida que as escalas de organização territorial estatal continuam a circunscrever as relações sociais, econômicas e políticas dentro de fronteiras geográficas delineadas, as instituições estatais mantêm seu caráter essencialmente territorial. O ponto crucial no contexto atual é que a territorialidade do Estado está hoje sendo progressivamente configurada em estruturas escalares “glocalizadas” em vez de nacionais.

Em meados dos anos 70, Henri Lefebvre já havia começado a esboçar alguns dos amplos contornos dessa forma reescalada recém-emergente de poder territorial do Estado,

na qual “a economia e a política se fundem” (Lefebvre, 1977, 1986, p. 35), e suas implicações para as relações do Estado com seu espaço territorial. Como Lefebvre observa no capítulo de conclusão de *The Production of Space* (1991, p. 378):

O relacionamento [entre o Estado e o espaço] [...] está se estreitando: o papel espacial do Estado [...] está mais evidente. Os aparatos administrativos e políticos do Estado não são mais suficientes (se é que já foram) para meramente intervir de uma maneira abstrata no investimento de capital [...] Hoje o Estado e seus aparatos burocráticos e políticos intervêm continuamente no espaço, e fazem uso do espaço em seu aspecto instrumental, a fim de intervir em todos os níveis e por meio de todas as agências do âmbito econômico.

Essa tendência à fusão de instituições estatais em um circuito de capital é essencialmente capacitada por estratégias de reescalonamento estatal, que se traduzem em formas reconfiguradas de regulamentações locais e regionais que permitem ao capital extrair e valorizar o excedente. As resultantes configurações reescaladas de poder territorial do Estado estão firmemente entrelaçadas com o capital em escalas espaciais diferenciais e, consequentemente, cada vez mais sensíveis aos ritmos e contradições de cada circuito de capital (vide Poulantzas, 1978, pp. 166-179). Conforme o Estado passa a operar como um momento crescentemente ativo na mobilização das forças produtivas de cada território, sua organização escalar assume um papel central na mediação e circunscrição do crescimento capitalista.

Novos espaços estatais: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia

A implementação dos reescalamentos urbano e estatal é um processo altamente contestado e conflitante, mediado por uma vasta cadeia de lutas sociopolíticas pelo controle hegemônico do espaço social que se articulam, por sua vez, em múltiplas escalas espaciais. Por um lado, como discutido acima, o reescalonamento urbano e o reescalonamento estatal podem ser entendidos como duas formas distintas de reterritorialização que emergem com o mais recente ciclo de globalização capitalista induzido pela crise (como resumido no Quadro 1). Por outro lado, os processos de reestruturação urbano-regionais e territorial do Estado estão estreitamente entrelaçados, na medida em que cada forma de reterritorialização influencia e transforma continuamente as condições em que a outra se desenrola. Primeiramente, os processos de reestruturação urbano-regionais induzidos pela crise global econômica do início dos anos 70 contribuíram muito para as estratégias neoliberais de reescalonamento do Estado. O reescalonamento estatal funcionou como uma grande estratégia de gestão neoliberal de crise e revalorização do capital, aplicada pelo Estado em uma ampla variedade de contextos urbano-regionais de regiões manufatureiras fordistas a novos distritos industriais e cidades-regiões globais. O reescalonamento estatal pode, portanto, ser visto como uma estratégia de acumulação fundamental, que está sendo

Quadro 1 – Globalização como reterritorialização:
reescalonamento de cidades e estado

| Escala espacial do acúmulo de capital | | | |
|---|--|---|---|
| Forma de (re)territorialização | Global | Nacional | Urbano-regional |
| <i>Cidades</i> - Reescalonamento urbano - Formação da cidade global | Formação de uma hierarquia urbana global. Competição interespaçial intensificada entre as cidades em toda a economia mundial. | Rearticulação de sistemas de cidades nacionais em hierarquias globais e urbanas suprarregionais. Desvinculação do crescimento da cidade global do crescimento econômico nacional. | Formação de "exópolis": recomposição da forma urbana: emergência de regiões urbanas policêntricas e novos distritos industriais. |
| <i>Estados</i> - Reestruturação territorial do Estado - Emergência dos "Estados locais" neoliberais | Estados territoriais voltados "para dentro" (<i>outside-in</i>): reescalados para cima, para os níveis supranacionais de regulamentação, onde instituições como União Europeia, FMI e Banco Mundial reestruturam o espaço do Estado. | "Desnacionalização" da escala nacional. Estado Central transfere várias tarefas para cima, para agências supranacionais, e retorna outras para baixo, para instituições estatais locais e regionais. | Estados territoriais virados "de dentro para fora": redimensionados para baixo em direção ao níveis subnacionais. Estados promovem investimento por corporações transnacionais dentro das maiores regiões urbanas. Construção de "novos espaços estaduais" para regulamentar "novos espaços industriais". |

atualmente implementada por regimes políticos neoliberais por toda a Europa, com o intuito de reestruturar espaços urbanos e regionais. Em segundo lugar, os processos de reescalonamento do Estado têm, por sua vez, reconfigurado significativamente o relacionamento entre capital, instituições estatais e forças sociopolíticas territorialmente circunscritas nas maiores regiões urbanas europeias. Enquanto o capital se empenha continuamente para a melhoria da mobilidade espacial, diminuindo a local-dependência, os Estados contemporâneos "glociais" tentam fixar o capital, cada vez mais diretamente, dentro de seus territórios, através da provisão de bens imóveis, específicos e de externalidades que não podem ser encontrados

em outro lugar, nem abandonados sem custos consideráveis de desvalorização. Dessa maneira, por meio de processos de reescalonamento do Estado, as escalas de organização territorial do Estado se tornam mediadoras centrais da reestruturação industrial capitalista. Pode-se argumentar, por conseguinte, que a governança dos padrões de urbanização contemporânea envolve não apenas a construção de "novos espaços industriais" para formas pós-fordistas de industrialização (Scott, 1988b), mas também, e igualmente importante, a consolidação do que se define como novos espaços estatais para melhorar a capacidade de cada Estado de mobilizar o espaço urbano e regional como força produtiva.

Na medida em que, hoje, nem a urbanização, nem a acumulação, nem a regulamentação estatal privilegia uma escala espacial única, exclusiva e circunscrita, os limites geográficos das relações sociais se tornaram objetos diretos de contestação sociopolítica. Assim, emerge uma “política de escala” (Smith, 1993, 1995) em que as escalas geográficas operam simultaneamente como locais e marcos do conflito sociopolítico. No entanto, muitas discussões contemporâneas sobre governança urbana pressupõem uma estrutura jurisdicional urbana ou regional relativamente fixa, onde as condições regulatórias para a urbanização capitalista sejam asseguradas (para um panorama atual, vide Hall e Hubbard, 1996). Nesse sentido, as escalas de governança urbana são encaradas mais como plataformas pré-constituídas para a política urbana, do que como um de seus momentos, dimensões ou objetos ativos e socialmente produzidos. Em contraste, a análise precedente indica que novas geografias da governança urbana estão atualmente se cristalizando na interface multiescalar existente entre os processos de reestruturação urbana e de reestruturação territorial dos Estados. Assim, os dilemas e contradições contemporâneos da governança urbana devem ser analisados em cada uma das escalas espaciais nas quais esses processos entrelaçados de reterritorialização se interceptam, desde as escalas regionais urbanas até as nacionais e europeias. Apesar de não ser possível elaborar, no atual contexto, uma análise detalhada de cada uma dessas escalas e suas interconexões complexas, alguns dos maiores mecanismos socioinstitucionais que ligam os processos de reestruturação urbano-regionais e os processos de reescalonamento estatal

na União Europeia contemporânea podem ser brevemente identificados.

Cidades globais e geopolítica de integração europeia

As localizações das cidades globais desempenham um papel importante na disputa entre os Estados europeus para o acolhimento de escritórios governamentais da UE em seus territórios. Essa forma de competição interespaçial é mediada diretamente pelos Estados anfitriões das cidades globais, visto que são eles que definem os termos e o ritmo da integração europeia. Tais decisões locais resultam, em parte, de compromissos estratégicos entre os poderes hegemônicos da Europa, como ilustra a escolha de Bruxelas para acolher a sede administrativa da União Europeia. Entretanto, a recente decisão de localizar o Banco Central Europeu em Frankfurt foi um momento crítico na disputa geopolítica e geoeconômica entre o Reino Unido e a Alemanha, que visava atrair o centro de gravidade locacional da Europa para seus respectivos territórios (Londres recebeu somente um ínfimo prêmio de consolação, o Escritório Europeu de Patentes). O processo de integração monetária europeia também tem implicações potencialmente maiores para os padrões de competição espacial entre centros financeiros europeus. Londres ainda é, atualmente, o mais importante centro de serviços financeiros da União Europeia. A introdução do euro, no entanto, pode proporcionar novas oportunidades para Frankfurt e Paris, que estão atualmente desenvolvendo novas infraestruturas regulatórias e tecnológicas para os

mercados financeiros globais, e cujos Estados anfitriões integraram instantaneamente o sistema de moeda única (vide *The Economist*, 9/5/1998, *Financial Centres Survey*, p. 17). Por esse motivo, o reescalamento ascendente dos estados territoriais europeus, em direção à União Europeia, pode favorecer a eventual formação de um eixo integrado Frankfurt-Paris-Londres, articulando a super-região Europeia com a economia mundial (Taylor, 1997).

Cidades globais e relações intergovernamentais

Desde o início dos anos 80, as relações centro-locais se transformaram radicalmente em toda a Europa Ocidental. À medida que os Estados concebem suas subunidades territoriais como camadas administrativas funcionalmente equivalentes, e não como núdulos de urbanização geograficamente distintivos, os processos de formação da cidade global são raramente discutidos em debates da política de Estado central sobre relações intergovernamentais (o debate na Holanda sobre as “províncias” no início dos anos 90 é uma exceção recente significativa). Todavia, reconfigurações de relações intergovernamentais podem ter ramificações importantes para a governança de grandes regiões urbanas, na medida em que elas reordenam as conexões administrativas, organizacionais e financeiras do Estado local com o Estado central e, dessa forma, afetam sua capacidade de mobilizar as fontes regulatórias (Cox, 1990). Em um extremo, a onda thatcherista de reestruturação centro-local no Reino Unido acarretou

a consolidação de uma forma neautoritária de governança imposta centralmente na região de Londres (Duncan e Goodwin, 1998). No outro extremo, a reestruturação estatal na República Federal da Alemanha no início dos anos 80 representou um papel crescentemente descentralizado para o Estado federado (Länder) e as municipalidades na formulação e na implementação da política industrial (Herrigel, 1996). Entre esses polos, na Holanda, debates sobre reestruturação centro-local proliferaram em todos os níveis do Estado holandês desde meados dos anos 80, levando o Estado central, as províncias e as municipalidades a convergirem para o objetivo de formação de cidade global na megalópole ocidental de Randstad como uma prioridade compartilhada para política socioeconômica nacional (Dieleman e Musterd, 1992). A natureza da governança urbana nas cidades-regiões globais é, por conseguinte, fortemente condicionada por padrões de relações intergovernamentais de seus Estados anfitriões. Conforme as conexões do Estado local com os níveis central e regional do Estado são reconfiguradas, o mesmo ocorre com as capacidades institucionais e financeiras de regulação das contradições urbanas da globalização.

Cidades globais e política territorial

A dinâmica de coalizões de crescimento local foi detalhadamente analisada por teóricos do regime urbano (Logan e Molotch, 1987). Entretanto, a articulação das dinâmicas políticas municipais nas cidades globais, com constelações

políticas regionais e nacionais mais vastas, não tem sido extensivamente investigada (vide, contudo, Logan e Swanstrom, 1990). No entanto, como salientam Friedmann e Wolff (1982, p. 312):

Sendo essenciais ao capital transnacional e aos interesses políticos nacionais, as cidades globais podem tornar-se moeda de troca em disputas subsequentes.

A pergunta crucial, partindo dessa perspectiva, é como a disjunção econômica entre a cidade global e a economia territorial de seu estado anfitrião é administrada politicamente. O Reino Unido é indubitavelmente o exemplo europeu mais contundente dessa disjunção e de uma política territorial associada altamente polarizada. Desde meados dos anos 70, o dinamismo do sudeste da Inglaterra como cidade-região global fundamentou-se predominantemente em uma economia extraterritorial, derivada do papel da cidade como centro financeiro global, amplamente desvinculado das cidades e regiões em declínio localizadas em outros lugares do Reino Unido. A ascensão do *thatcherismo* nos anos 80 pode ser interpretada como uma “declaração de independência do sul da Inglaterra, comunidade dependente de Londres como cidade global” (Taylor, 1995, p. 59). Entretanto, mesmo na Holanda, onde a região de Amsterdã/Randstad é amplamente considerada como o motor urbano da economia nacional, a mobilização de políticas centrais e locais ao redor do objetivo da formação de cidade global durante o final dos anos 80, implicou a construção de uma “coalizão de crescimento urbano nacional” a fim de converter as cidades centrais, de provedoras de

serviços estatais de bem-estar social a novas “líderes” do crescimento econômico (Terhorst e Van De Ven, 1995). Em toda a União Europeia, a geografia político-econômica das cidades globais se estende além do alcance jurisdicional do estado local para reconfigurar alianças político-territoriais em níveis de múltipla escala de seus Estados anfitriões. Consequentemente, da mesma forma que a estrutura territorial do Estado condiciona as políticas de escala dentro das cidades globais, assim também o processo de reescalonamento dos processos de urbanização se entrelaça com o reescalonamento da política e das contestações políticas dentro do Estado territorial.

Regiões urbanas e sistemas de planejamento espacial

Como observado anteriormente, novas geografias de política espacial estatal estão emergindo em toda a União Europeia, e se orientam para os potenciais “endógenos” dos territórios subnacionais delineados, tais como regiões urbanas, que cada vez mais são encaradas como fundações geográficas do desempenho industrial nacional. Por exemplo, na Alemanha contemporânea, recentemente, a Lei de Planejamento Espacial (*Raumordnungsgesetz*) foi radicalmente redefinida com a finalidade de abandonar o tradicional projeto pós-guerra de “equalização das condições de vida” em escala nacional, em benefício da promoção das regiões urbanas, posicionadas como o mais importante “nível de implementação política” (Brenner, 1997b). Igualmente, na Holanda, o projeto

pós-guerra de “desconcentração”, que tentou expandir a urbanização para além dos aglomerados ocidentais de Randstad, foi radicalmente revertido no final dos anos 80 por meio de uma nova política de “cidades compactas”. As estruturas nacionais revisadas para o planejamento espacial holandês introduzidas nos anos 90 também promoveram ativamente a recentralização do crescimento industrial dentro dos núcleos urbanos ocidentais (Amsterdã, Roterdã, Utrecht e Hague) e definiram inequivocamente a megalópole de Randstad como motor urbano-regional nacional de crescimento econômico (Faludi e Van Der Valk, 1994). Reorientações bastante análogas de sistemas de planejamento espacial organizados nacionalmente se produzem em toda a União Europeia (Albrechts e Swyngedouw, 1989). Enquanto isso, no próprio nível da União Europeia, o objetivo clássico de mediação da polarização núcleo-periferia por meio de políticas estruturais regionais está da mesma forma sendo redefinido para promover potenciais “endógenos” para o desenvolvimento econômico regional por todo o espaço territorial europeu (Tömmel, 1996). Essa tendência tende a intensificar-se à proporção que o programa de estrutural de fundos é redefinido, em associação com a expansão da União Europeia. Como esses exemplos deixam claro, os espaços estatais nacionalmente organizados em toda a União Europeia estão atualmente sendo re-hierarquizados e rediferenciados em um mosaico altamente desigual de espaços econômicos urbano-regionais relativamente distintos, cada um definido de acordo com sua posição específica dentro das divisões supranacionais do trabalho.

Regiões urbanas e governança metropolitana

Em meio a esses reescalamentos supraurbanos, o problema de se construírem configurações de organização territorial em escalas urbano-regionais relativamente fixas continua a ser mais urgente do que nunca. As instituições político-regulamentares das regiões urbanas são frequentemente fragmentadas em múltiplas agências e departamentos, com jurisdições e tarefas diferentes. Ainda assim, o processo de globalização econômica está criando interdependências socioeconômicas mais densas em escalas urbano-regionais que, em geral, suplantam o alcance de cada um desses níveis administrativos. Os problemas de governança metropolitana estão, por conseguinte, voltando à frente das discussões e debates políticos em muitas cidades europeias. Enquanto os debates sobre instituições metropolitanas durante as décadas de 60 e 70 concentravam-se predominantemente em questões de eficácia administrativa e prestações de serviços locais, as discussões contemporâneas sobre governança regional enfatizam de modo crescente a necessidade de flexibilidade administrativa, estratégias de desenvolvimento econômico coordenadas regionalmente e o problema da competição interespaçial global intensificada. Nesse contexto, formas regionais de regulamentação têm sido justificadas como pré-requisitos essenciais para a manutenção das vantagens locais de uma cidade na economia mundial. Por toda a Europa, de Londres, Amsterdã, Roterdã, Bruxelas, Lyon e Paris até a aglomeração do Ruhr, Hanôver, Frankfurt,

Stuttgart, Munique, Zurique, Bolonha e Milão, a política econômica urbana está cada vez mais diretamente ligada a diversas formas de planejamento espacial, ao investimento e à regulamentação em escalas regionais (vide Lefèvre, 1998; Wentz, 1994).³ Essas formas de cooperação regional recém-emergentes em grandes regiões urbanas se baseiam em uma variante pós-fordista de “solidariedade” que implica uma lógica econômica de maximização de competitividade de um espaço de produção capitalista delimitado territorialmente, em vez de uma lógica social de redistribuição do excedente econômico no espaço social de uma única “sociedade” coerente (Ronneberger, 1997). Por outro lado, essa preocupação globalmente induzida em estabelecer formas regionais de regulamentação é frequentemente desafiada por pressões vindas de baixo em defesa da autonomia local, de interesses específicos relacionados ao âmbito locacional e escalar e da contínua fragmentação jurisdicional do Estado local (Ronneberger e Schmid, 1995). Nessas condições, a organização territorial do Estado se torna, ao mesmo tempo, arena e objeto das contendas sociopolíticas nas escalas regionais e locais. Essas perspectivas opostas sobre a regulamentação regional se chocam dentro das regiões urbanas contemporâneas, ocasionando disputas pelo controle regulatório do processo de urbanização mediado por meio de contestação sociopolítica na(s) escala(s) de governança. Enquanto as regiões urbanas em toda a Europa competem entre si em busca de vantagens locais nas hierarquias urbanas europeia e global, as escalas de organização territorial urbana e regional se tornam ainda mais importantes, como instrumentos regulatórios do Estado e como locais de conflito sociopolítico.

A organização territorial das cidades globais

Entretanto, é basicamente na escala urbana que as capacidades produtivas de organização territorial são mobilizadas. Hoje, governos municipais em toda a Europa estão adotando diretamente esse objetivo, através de um amplo leque de estratégias de oferta, que abrangem a demarcação, a construção e a promoção de lugares urbanos estratégicos para desenvolvimento industrial – por exemplo, centros empresariais, parques industriais, redes telemáticas, terminais de transporte e marítimos e vários outros tipos de estabelecimentos de varejo, entretenimento e culturais. Essas formas emergentes de “empreendedorismo urbano” foram extensivamente analisadas em relação ao papel crucial das parcerias público-privadas para a facilitação do investimento de capital em megaprojetos situados em locais estrategicamente designados da cidade (Gottdiener, 1990; Harvey, 1989c; Mayer, 1994). As Docklands londrinas são talvez o mais espetacular exemplo europeu desse tipo de investimento estatal maciço na infraestrutura urbana do capital global, porém, exemplificam uma mudança estratégica mais ampla na política urbana, que pode ser observada nas cidades globais. Como Harvey (1989c, pp. 7-8) indica, tais megaprojetos financiados pelo Estado são designados primariamente para melhorar a capacidade produtiva de lugares urbanos dentro dos fluxos globais de valor, mais do que para reorganizar as condições de vida e trabalho de modo mais amplo dentro das cidades. Ao mesmo tempo, porém, as capacidades locais desses lugares urbanos dependem necessariamente de

uma infraestrutura de organização territorial relativamente fixa, que permita extrair e capitalizar valor em intervalos de tempo de circulação globalmente competitivos. Em toda a Europa, essa ligação entre os processos de reescalonamento urbano e estatal está institucionalmente incorporada no papel fundamental de várias agências paraestatais recentemente criadas, envolvidas no planejamento e na coordenação do investimento desses megaprojetos locais (por exemplo, a Organização para o Desenvolvimento das Docklands Londrinas, a Organização para o Desenvolvimento Econômico de Rhein-Main em Frankfurt, a Organização para o Desenvolvimento do Aeroporto de Schiphol e muitas outras).

Essa ampla visão geral é apenas o início da análise das complexidades das várias escalas geográficas nas quais essas disputas pela organização territorial da governança urbana se desenrolam na Europa contemporânea e de suas interconexões complexas e rapidamente mutáveis. As escalas do poder territorial do Estado representam o meio e o resultado dessa vertiginosa dialética multiescalar de transformação “glocal”, que hoje se encontra muito longe do fim. Os conflitos que surgem em razão da organização territorial do Estado em cada uma dessas escalas são, obviamente, também condicionados pela configuração organizacional territorial de outras escalas sobre as quais estão sobrepostos. Ao mesmo tempo, esses conflitos sociopolíticos circunscritos podem se tornar altamente voláteis e “saltar escalas” (*jumping scales*) (Smith, 1993) para influenciar, reestruturar ou mesmo transformar a estrutura organizacional de configurações de escala mais amplas, nas quais estão enredadas.

É nesse sentido que a atual desnacionalização da urbanização, da acumulação e do poder territorial estatal abre espaço para que as próprias escalas se tornem objetos diretos da disputa sociopolítica. Nessas circunstâncias, as escalas não circunscrevem meramente as relações sociais dentro de fronteiras geográficas determinadas, mas constituem um momento ativo, socialmente produzido e politicamente contestado dessas relações. Como campos de força densamente organizados, nos quais o capital transnacional, os Estados territoriais e as relações sociais localizadas se interceptam, as cidades globais são terrenos geográficos nos quais os riscos sociopolíticos dessa política de escala são particularmente substanciais, tanto em termos geopolíticos como geoeconômicos. A conclusão central política e analítica que emerge dessa análise é que os problemas de governança urbana não podem mais ser confrontados simplesmente em escala urbana, como dilemas de regulação municipal ou mesmo regional, mas devem ser analisados também em escala nacional, supranacional e global do poder territorial do Estado, pois é basicamente nessas escalas supraurbanas que a geografia política intensamente contraditória do neoliberalismo é configurada.

Conclusão: escalonar a política, politizar as escalas

O atual desdobramento dos reescalonamentos de urbanização e do poder territorial do Estado gerou uma transformação importante na organização geográfica do capitalismo global. As escalas espaciais de produção capitalista,

urbanização e regulação do Estado estão sendo hoje radicalmente reorganizadas, de maneira tão drástica que vocabulários herdados para descrever a hierarquia encaixada das escalas que entrelaçam o capitalismo mundial não mais fornecem ferramentas de análise apropriadas para conceituar o caráter multicamadas altamente contraditório e densamente entrelaçado das práticas espaciais contemporâneas. Ante a crescente dinâmica espaço-temporal “glocal” do capital, as infraestruturas territoriais da urbanização e de regulamentação do Estado não mais se coalescem ao redor do nível de escala nacional. Enquanto as cidades hoje operam crescentemente como nódulos urbanos em uma hierarquia urbana mundial, os Estados estão se reestruturando rapidamente para melhorar a competitividade global de suas grandes cidades e regiões.

Pelo fato de as regiões urbanas ocuparem a interface altamente contraditória entre a economia global e o Estado territorial, elas se encaixam em uma multiplicidade de processos sociais, econômicos e políticos organizados em escalas espaciais sobrepostas. A resultante política de escala no âmbito das instituições político-regulatórias de grandes regiões urbanas pode ser interpretada como uma sequência de experimentações, estratégias de tentativa e erro para gerenciar essas forças intensamente conflituosas, através de um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução de configurações relativamente estáveis da organização territorial. O reescalonamento da urbanização leva ao reescalonamento concomitante do Estado, através do qual, simultaneamente, a organização territorial é mobilizada como força produtiva e as relações sociais são circunscritas dentro de determinados limites

geográficos. Essas configurações reescaladas da organização territorial do Estado, por sua vez, transformam as condições sob as quais o processo de urbanização se desdobra. Entretanto, se essas estratégias desarticuladas de reterritorialização nas cidades europeias podem vir a estabelecer novas soluções espaciais para acumulação de capital sustentada, a desordem global-local do final do século XX é um problema que só pode ser resolvido por meio das próprias políticas de escala, através da contínua disputa pelo controle hegemônico de lugar, território e espaço.

Henri Lefebvre (1995, 1991, 1978) argumentou extensivamente que as disputas pela organização territorial do processo de urbanização expressam o duplo caráter das escalas espaciais do capitalismo, ou seja, seu papel como estrutura para as relações sociais cotidianas e como forças produtivas para os ciclos sucessivos de acumulação de capital em escala mundial. Portanto, cada escala na qual o processo de urbanização se desdobra simultaneamente vincula relações sociais dentro de arenas geográficas determinadas, hierarquiza lugares e territórios dentro de amplas configurações de desenvolvimento geográfico desigual e intermedeia a disputa incessante do capital, buscando expandir seu comando e controle por todo o espaço abstrato da economia global. As políticas de escala emergentes em relação à governança urbana nas regiões urbanas contemporâneas apresentam ainda uma outra dimensão de organização territorial no âmbito do capitalismo, à qual Lefebvre também devotou considerável atenção – seu papel como campo de práticas políticas potencialmente transformativas, onde “contraplanos”, “contraprojetos” e “contraespaços” podem ser

construídos (Lefebvre 1978, pp. 413-444; 1991, pp. 383-384). A organização territorial de governança urbana nas cidades contemporâneas é, portanto, um enorme campo de batalha, no qual cada uma dessas dimensões entrelaçadas de práticas espaciais se encontra sobreposta.

Hoje, há uma necessidade urgente de novas conceituações de escala para se obter uma solução analítica – e política – para os atuais processos de reterritorialização e suas implicações na organização geográfica das relações sociais em uma era de globalização neoliberal.

Neil Brenner

Sociólogo. Universidade de Chicago. Chicago, Estados Unidos.

nbrenner@compuserve.com

Notas

(*) Texto originalmente publicado em *Urban Studies*, v. 36, n. 3 (1999, pp. 431-451). Revisão técnica de Elaine Philippe.

- (1) Apesar de muito da teoria de estado de Lefebvre focar o papel do Estado como forma de territorialização do capital, ele também dedica atenção extensiva a formas nas quais o Estado opera como o mais importante mediador institucional de desenvolvimento geográfico desigual do capital. A mediação do Estado no desenvolvimento geográfico desigual sempre ocorre por meio de estratégias regulatórias historicamente específicas e formas institucionais que frequentemente se erguem contra aquelas orientadas para a territorialização do capital. Sobre a teoria de estado de Lefebvre, vide Brenner (1997a, 1998b).
- (2) Na teoria de Mann (1998, 1993), vejo o atributo essencial do Estado territorial moderno em sua forma territorialmente centralizada, em oposição a todos os outros agentes de poder no sistema do mundo capitalista (empresas capitalistas, associações cívicas, ONGs, etc.). Essa definição leva a uma análise do processo de globalização contemporâneo, sobreposto à rede mundial de territorialidades do Estado, mais do que significando uma erosão unilinear da territorialidade. Em contraste, muitos autores que definem o Estado em termos de conexão isofórmica entre território e soberania como detentor exclusivo dos processos econômico, político e/ou cultural; ou como um local de sociedade e identidade coletiva interpretam as transformações contemporâneas como um processo de declínio do Estado (vide, por exemplo, Appadurai, 1996; Cerny, 1995; Ruggie, 1993).
- (3) Após mais de uma década de controle central estatal sobre Londres, a Confederação da Indústria Britânica (Confederation of British Industry) promoveu a construção de uma Agência de Desenvolvimento Londrina responsável pelo planejamento do crescimento urbano de todo o sudeste; enquanto isso, um Conselho Municipal de Londres foi recentemente aprovado por referendo local. Na região de Frankfurt/Rhein-Main, várias facções políticas e econômicas defenderam um novo modelo moderno de governança regional sob a égide de um “Condado Regional de Rhein-Main”, que se encarregaria da organização local administrativa e das capacidades produtivas

sob uma única estrutura regulatória do Estado. Mesmo na região de Randstad na Holanda, onde as propostas do Estado central para construir novas “cidades-província” regionalmente organizadas foram esmagadoramente rejeitadas em referendos locais realizados em 1995 em Amsterdã e Roterdã, novas formas de coordenação institucional informal estão, todavia, ainda sendo desenvolvidas em Randstad para regulamentar e promover o crescimento urbano em escalas regionais.

Referências

- ALBRECHTS, L. e SWYNGEDOUW, E. (1989). “The challenges for regional policy under a flexible regime of accumulation”. In: ALBRECHTS, L. (ed.). *Regional Policy at the Crossroads: European Perspectives*. London, Jessica Kingsley, pp. 67-89.
- ALBROW, M. (1996). *The Global Age: State and Society Beyond Modernity*. Oxford, Polity.
- ALTVATER, E. (1992). “Fordist and post-Fordist international division of labor and monetary regimes”. In: STORPER, M. e SCOTT, A. J. (eds). *Pathways to Industrialization and Regional Development*. New York, Routledge, pp. 21-45.
- ALTVATER, E. e MAHNKOPF, B. (1996). *Grenzen der Globalisierung*. Münster, Westfälisches Dampfboot.
- AMIN, A. e THRIFT, N. (1992). Neo-Marshallian nodes in global networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 16, pp. 571-587.
- _____. (1994). “Living in the global”. In: AMIN, A. e THRIFT, N. (eds.). *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*, pp. 1-22. New York, Oxford University Press.
- ANDERSON, J. (1996). The shifting stage of politics: new medieval and postmodern territorialities? *Environment and Planning D*, n. 14, pp. 133-153.
- APPADURAI, A. (1996). *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ARRIGHI, G. (1994). *The long twentieth century*. New York, Verso.
- BRAUDEL, F. (1984). *The Perspective of the World*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- BRENNER, N. (1997a). Global, fragmented, hierarchical: Henri Lefebvre’s geographies of globalization. *Public Culture*, n. 10, pp. 137-169.
- _____. (1997b). Die Restrukturierung staatlichen Raums: Stadt- und Regionalplanung in der BRD. *Prokla*, n. 27, pp. 545-567.
- _____. (1998a). Global cities, global states: global city formation and state territorial restructuring in contemporary Europe. *Review of International Political Economy*, n. 5, pp. 1-37.
- _____. (1998b). Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D*, n. 16, pp. 459-481.

- BRENNER, N. (1998c). Beyond state-centrism? Space, territoriality and geographical scale in globalization studies. *Theory and Society*, v. 28, n. 1, pp. 39-78.
- CASTELLS, M. (1989). *The Informational City*. Cambridge/MA, Blackwell.
- _____ (1996). *The Rise of the Network Society*. Cambridge/MA, Blackwell.
- CERNY, P. (1995). Globalization and the changing logic of collective action. *International Organization*, 49, pp. 595-625.
- COX, K. (1990). Territorial structures of the state: some conceptual issues. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, n. 81, pp. 251-266.
- COX, R. (1987). *Production, power and world order*. New York, Columbia University Press.
- DIELEMAN, F. e MUSTERD, S. (eds) (1992). *The randstad: a research and policy laboratory*. Dordrecht, Kluwer.
- DUNCAN, S. e GOODWIN, M. (1988). *The local state and uneven development*. London, Polity Press.
- ECONOMIST, THE (1998). *Capitals of capital: a survey of financial centres*. 9 May, pp. 1-46.
- EVANS, R. e HARDING, A. (1997) Regionalisation, regional institutions and economic development, *Policy and Politics*, n. 25, pp. 19-30.
- FALUDI, A. e VAN DER VALK, A. (1994). *Rule and Order: Dutch Planning Doctrine in the Twentieth Century*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- FRIEDMANN, J. (1973). "The future of human habitat". In: MACALLISTER, D. (ed.) *A new focus for land use planning*. Washington/DC, National Science Foundation Press.
- _____ (1986). The world city hypothesis. *Development and Change*, n. 17, pp. 69-83.
- _____ (1995). "Where we stand: a decade of world city research". In: KNOX, P. e TAYLOR, P. (eds.) *World cities in a world-system*. New York, Cambridge University Press.
- FRIEDMANN, J. e MILLER, J. (1965). The urban field. *Journal of the American Institute of Planners*, n. 31, pp. 312-320.
- FRIEDMANN, J. e WOLFF, G. (1982). World city formation: an agenda for research and action. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 6, pp. 309-344.
- GOTTDIENER, M. (1985). *The social production of urban space*. Austin, University of Texas Press.
- _____ (1990). Crisis theory and state-financed capital: the new conjuncture in the USA. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 14, pp. 383-403.
- GOTTMANN, J. (1961). *Megalopolis: the urbanized northeastern seaboard of the United States*. New York, The Twentieth Century Fund.
- HALL, T. e HUBBARD, P. (1996). The entrepreneurial city: new politics, new urban geographies. *Progress in Human Geography*, n. 20, pp. 153-174.
- HARVEY, D. (1982). *The limits to capital*. New York, Oxford University Press.
- _____ (1985). "The geopolitics of capitalism". In: GREGORY, D. e URRY, J. (eds). *Social relations and spatial structures*. London, Macmillan.
- _____ (1989a). *The condition of postmodernity*. Cambridge/MA, Blackwell.

- HARVEY, D. (1989b). *The urban experience*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- _____ (1989c). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler, B*, n. 71, pp. 3-18.
- _____ (1996). Globalization in question. *Rethinking Marxism*, 8(4), 1-17.
- HEEG, S. (1996). "Endogene Potentiale oder footloose capitalism? Einige Anmerkungen zur sozialen Regulation des Raums". In: BRUCH, M. e KREBS, H. P. (eds). *Unternehmen Globus: Facetten nachfordistischer Regulation*. Münster, Westfälisches Dampfboot.
- HERRIGEL, G. (1996). *Industrial constructions: the sources of german industrial power*. New York, Cambridge University Press.
- HIRSCH, J. (1995). *Der nationale wettbewerbsstaat: Staat, Demokratie und Politik in globalen Kapitalismus*. Berlin/Amsterdam, Edition ID-Archiv.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. (1995). *Globalization in question*. Cambridge, Polity.
- HITZ, H.; KEIL, R.; LEHRER, U. et al. (eds.) (1995). *Capitales Fatales: Urbanisierung und Politik in den Finanzmetropolen Frankfurt und Zürich*. Zürich, Rotpunktverlag.
- JESSOP, B. (1993). Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy. *Studies in Political Economy*, n. 40, pp. 7-40.
- _____ (1994). "Post-Fordism and the state". In: AMIN, A. (ed.). *Post-Fordism: a reader*. Cambridge/MA, Blackwell.
- _____ (1998). "The narrative of enterprise and the enterprise of narrative: place marketing and the entrepreneurial city". In: HALL, T. e HUBBARD, P. (eds.). *The entrepreneurial city*. Chichester, Wiley.
- KEIL, R. (1994). Global sprawl: urban form after Fordism. *Environment and Planning D*, n. 12, pp. 162-166.
- KNOX, P. e TAYLOR, P. J. (eds) (1995). *World cities in a world-system*. New York, Cambridge University Press.
- KRÄTKE, S. (1991). *Strukturwandel der Städte*. Frankfurt, Campus.
- _____ (1995). *Stadt, Raum, Ökonomie*. Basel, Birkhäuser Verlag.
- LASH, S. e URRY J. (1987). *The end of organized capitalism*. Madison, University of Wisconsin Press.
- LEFEBVRE, H. (1976). *De l'État: de Hegel à Marx par Staline*, v. 2. Paris, Union Générale d'Éditions.
- _____ (1977). *De l'État: le mode de production étatique*, v. 3. Paris, Union Générale d'Éditions.
- _____ (1978). *De l'État: les contradictions de l'État modern*, v. 4. Paris, Union Générale d'Éditions.
- _____ (1986). *Le retour de la dialectique: 12 mots clefs pour le monde moderne*. Paris, Messidor/Éditions sociales .
- _____ (1991 [1974]). *The Production of Space*. Cambridge/MA, Blackwell.
- _____ (1995 [1968]). The right to the city. *Writings on Cities*, pp. 63-184. Cambridge/MA, Blackwell.
- LEFÈVRE, C. (1998). Metropolitan government and governance in western countries: a critical review. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 22, pp. 9-26.

- LEITNER, H. e SHEPPARD, E. (1998). "Economic uncertainty, inter-urban competition and the efficacy of entrepreneurialism". In: HALL, T. e HUBBARD, P. (eds). *The entrepreneurial city*. Chichester, Wiley.
- LIPIETZ, A. (1987). *Mirages and miracles*. London, Verso.
- LOGAN, J. e MOLOTCH, H. (1987). *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- LOGAN, J. e SWANSTROM, T. (eds) (1990). *Beyond the city limits: urban policy and economic restructuring in comparative perspective*. Philadelphia, Temple University Press.
- MANDEL, E. (1975). *Late capitalism*. New York, Verso.
- MANN, M. (1988). The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. *States, War and Capitalism*, pp. 1-32. Cambridge/MA, Blackwell.
- _____ (1993). *The Sources of Social Power, Vol. 2: The Rise of Classes and Nation-states*. New York, Cambridge University Press.
- _____ (1997). Has globalization ended the rise and rise of the nation state?. *Review of International Political Economy*, n. 4, pp. 472-496.
- MARX, K. (1973[1857]). *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. New York, Penguin.
- MASSEY, D. (1993). "Power-geometry and a progressive sense of place". In: BIRD, J. et al. (eds). *Mapping the futures: local cultures, global change*. London, Routledge .
- MAYER, M. (1992). "The shifting local political system in European cities". In: DUNFORD, M. e KAFKALAS, G. (eds). *Cities and regions in the New Europe: the global-local interplay and spatial development strategies*. London, Belhaven Press.
- _____ (1994). "Post-Fordist city politics". In: AMIN, A. (ed.). *Post-Fordism: a reader*. Cambridge/MA, Blackwell.
- O' BRIEN, R. (1992). *Global financial integration: the end of geography*. London, Pinter.
- OHMAE, K. (1995). *The end of the nation state*. New York, The Free Press.
- PECK, J. e TICKELL, A. (1994). "Searching for a new institutional fix: the after-Fordist crisis and the global-local disorder". In: AMIN, A. (ed.). *Post-Fordism: a reader*. Cambridge/MA, Blackwell.
- _____ (1995). The social regulation of uneven development: regulatory deficit, England's South East, and the collapse of Thatcherism. *Environment and Planning A*, n. 27, pp. 15-40.
- POULANTZAS, N. (1978). *State, power, socialism*. London, New Left Books.
- PRIGGE, W. (1995). "Urbi et orbi – Zur Epistemologie des Städtischen". In: HITZ, H. et al. (eds.). *Capitales Fatales: Urbanisierung und Politik in den Finanzmetropolen Frankfurt und Zürich*. Zürich, Rotpunktverlag .
- RONNEBERGER, K. (1997). Kontrollierte Autonomie und rigide Norm: Zur neoliberalen Restrukturierung des Sozialen. *Widersprüche*, v. 17, n. 66, pp. 129-150.
- RONNEBERGER, K. e SCHMID, C. (1995). "Globalisierung und Metropolenpolitik: Überlegungen zum Urbanisierungsprozess der neunziger Jahre". In: HITZ, H. et al. (eds.). *Capitales Fatales: Urbanisierung und Politik in den Finanzmetropolen Frankfurt und Zürich*. Zürich, Rotpunktverlag.

- RÖTTGER, B. (1997). *Neoliberale globalisierung und eurokapitalistische regulation*. Münster, Westfälisches Dampfboot .
- RUGGIE, J. G. (1993). Territoriality and beyond: problematising modernity in international relations. *International Organization*, n. 47, pp. 139-174.
- SASSEN, S. (1991). *The Global City*. Princeton/NJ, Princeton University Press.
- _____ (1993). *Cities in the World Economy*. London, Sage.
- SCHOLTE, J. A. (1996). The geography of collective identities in a globalizing world. *Review of International Political Economy*, n. 3, pp. 565-608.
- SCOTT, A. J. (1988a). *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- _____ (1988b). *New industrial spaces*. London, Pion.
- _____ (1996). Regional motor s of the global economy. *Futures*, n. 28, pp. 391-411.
- _____ (1998). *Regions and the world economy*. London, Oxford University Press.
- SCOTT, A. J. e STORPER, M. (1992). "Industrialization and regional development". In: STORPER, M. e SCOTT, A. J. (eds.). *Pathways to industrialization and regional development*. New York, Routledge.
- SHARPE, L. J. (1993). "The European meso: an appraisal". In: SHARPE, L. J. (ed.). *The rise of meso-government in Europe*. London, Sage.
- SMITH, N. (1993). "Homeless/global: scaling places". In: BIRD, J. et al. (eds.). *Mapping the futures: local cultures, global change*. New York, Routledge.
- _____ (1995). "Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe". In: ESKELINEN, H. e SNICKARS, F. (eds.). *Competitive european peripheries*. Berlin, Springer Verlag.
- _____ (1997). The satanic geographies of globaliz ation: uneven development in the 1990s. *Public Culture*, n. 10, pp. 169-192.
- SOJA, E. (1985). Regions in context: spatiality, periodicity, and the historical geography of the regional question. *Environment and Planning D*, n. 3, pp. 175-190.
- _____ (1992). "Inside exopolis: scenes from Orange County". In: SORKIN, M. (ed.). *Variations on a theme park: the new american city and the end of public space*. New York, The Noonda y Press.
- STORPER, M. e SCOTT, A. (1995). The wealth of regions: market force s and policy imperatives in local and global context. *Futures*, n. 27, pp. 505-526.
- STORPER, M. e WALKER, R. (1989). *The Capitalist Imperative: territory, technology and industrial growth*. Cambridge/MA, Blackwell .
- STRANGE, S. (1996). *The retreat of the state*. New York, Cambridge University Press.
- SUDJIC, D. (1993). *The 100-mile City*. New York/London, Flamingo.
- SWYNGEDOUW, E. (1989). The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyper-space. *Geografiska Annaler B*, n. 71, pp. 31-42.

- SWYNGEDOUW, E. (1992). "The mammon quest: 'glocalization', interspatial competition and the monetary order – the construction of new scales". In: DUNFORD, M. e KAFKALAS, G. (eds.). *Cities and regions in the New Europe*. New York, Belhaven Press.
- _____ (1996). Reconstructing citizenship, the re-scaling of the state and the new authoritarianism: closing the Belgian Mines. *Urban Studies*, n. 33, pp. 1499-1521.
- _____ (1997). "Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale". In: COX, K. (ed.). *Spaces of globalization*. New York, Guilford Press.
- TAYLOR, P. J. (1993). *Political Geography: World-economy, Nation-state and Locality*. New York, Longman.
- _____ (1995). "World cities and territorial states: the rise and fall of their mutuality". In: KNOX, P. e TAYLOR, P. (eds.). *World Cities in a World-system*. New York, Cambridge University Press.
- _____ (1996). Embedded statism and the social sciences: opening up to new spaces. *Environment and Planning A*, n. 28, pp. 1917-1928.
- _____ (1997). Is the UK big enough for both London and England? Editorial comment. *Environment and Planning A*, n. 29, pp. 766-770.
- TERHORST, P. e VAN DE VEN, J. (1995). The national urban growth coalition in The Netherlands. *Political Geography*, n. 14, pp. 343-361.
- TILLY, C. (1990). *Coercion, capital and European States, AD 990–1990*. Oxford, Blackwell .
- TÖMMEL, I. (1996). Internationale Regulation und lokale Modernisierung. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, n. 40, pp. 44-58.
- VELTZ, P. (1997). "The dynamics of production systems, territories and cities". In: MOULAERT, F. e SCOTT, A. J. (eds.). *Cities, enterprises and society on the eve of the 21st Century*. London, Pinter.
- VOELZKOW, H. (1996). Der Zug in die Regionen: Politische Regionalisierung als Antwort auf die Globalisierung der Ökonomie. *Berliner Debatte Initial*, n. 5, pp. 68-79.
- WENTZ, M. (ed.) (1994). *Region: Die Zukunft des Städtischen Frankfurter Beiträge Band 5*. Frankfurt, Campus Verlag.

Texto recebido em 14/jul/2010
Texto aprovado em 2/ago/2010